



SEXUALIDADE

GÊNERO E SOCIEDADE

Publicação semestral — Números 7 e 8 — Edição especial — Abril 1998

Em perspectiva

Nos últimos anos, a integração da América Latina vem se intensificando nas mais diversas áreas: política, econômica, social, acadêmica, entre outras. E o Brasil vem modificando paulatinamente sua inserção nesse processo. Na interface academia/movimentos sociais, a organização conjunta de seminários e programas de estudos, a permuta bibliográfica e o intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países evidenciam esse mesmo movimento, no campo da sexualidade e da saúde reprodutiva.

A segunda metade da década de 90 tem sido marcada pela realização de eventos científicos que reúnem os países do continente, possibilitando-nos constatar semelhanças e diferenças na construção das relações de gênero e incitando o aprofundamento dessas discussões, em busca de conhecimento e formulação de políticas públicas nas áreas de saúde e educação. Assim, após um ano, este número duplo de Sexualidade: Gênero e Sociedade se integra a essa onda, publicando nas duas línguas oficiais do continente.

Em destaque está a tópica das "masculinidades", eixo das discussões mais recentes. Neste ano, em vários países da América Latina, esse tema estará sendo abordado em diferentes seminários. É nesse contexto que introduzimos alguns autores novos, formulando um convite à reflexão no campo do gênero masculino e dos estudos sobre o corpo. Esta edição especial pretende, assim, contribuir para as discussões em pauta neste final de década.

Haciendo Visible a los Varones en las Relaciones de Género

Alejandro Marcelo Villa*

El campo de la reproducción humana fue ampliado en los años '80 con la creación de la noción de salud reproductiva. Al mismo tiempo que ganó terreno en el campo de la salud el reconocimiento social de los derechos reproductivos de las mujeres, se planteó por primera vez la necesidad de interrogarse acerca del modo en que intervienen los comportamientos masculinos en los procesos de salud reproductiva y sexualidad (SRS).

Esta necesidad se basaba en el aumento de los riesgos reproductivos y de las enfermedades de transmisión sexual (ETS) entre las mujeres, así como también en la deficiente información masculina sobre la temática, circunstancia observada principalmente en los países en desarrollo y en las diferentes clases sociales (Mundigo, 1993, 1994 y 1995).

En los foros internacionales de los últimos años se viene discutiendo la necesidad de estudiar y documentar el rol masculino en la explicación de las desigualdades socioeconómicas y culturales de género en la relación entre varones y mujeres – especialmente en el estudio de la relación entre salud y familia. Por ejemplo, en la Conferencia Internacional de Población y Desarrollo de El Cairo (1994) y en la IV Conferencia de la Mujer de Beijing (1995) se han incluido propuestas para efectivizar una mayor igualdad de oportunidades para varones y mujeres en relación con la reproducción y la vida familiar, teniendo en cuenta las pautas socioculturales de cada país (Mundigo, 1995).

(continua na pág. 6)

NESTE NÚMERO

• Internacionais -----	2
• Gênero e sexo dos travestis -----	3
• Masculinidades: o caso peruano -----	4 e 5
• Haciendo visible a los varones (cont.) -----	6 a 11
• Em busca do corpo ideal -----	12 a 17
• Dominación masculina y prevención del Sida ---	18 e 19
• Agenda nacional e internacional -----	20

Masculinidades: a nova agenda feminista

*Perspectivas mais recentes dos estudos de gênero
voltam-se para a construção social das masculinidades*

As décadas de 70 e 80 assistiram ao fortalecimento do movimento feminista e à legitimação de muitas de suas lutas. Nos anos 90, novas agendas têm sido construídas, a partir das lacunas evidenciadas durante esses anos de confrontos e conquistas. Demandas foram surgindo, e as pesquisas e reivindicações sociais nessa área assumiram novos contornos.

Se por um lado registram-se avanços na luta das mulheres, por outro é explícita a necessidade de manterem-se em pauta questões relativas à saúde e aos direitos, entendidos mais genericamente. Nessa direção ocorrerão vários eventos internacionais nos próximos meses.

A conferência Mundo da Informação Sobre e Para a Mulher, a ser realizada em agosto, na Holanda, reforça a necessidade desse debate. Em junho e julho, em Genebra, ocorre a 12ª Conferência Mundial de AIDS, tema que se mantém como preocupação universal, articulando saúde e direitos sociais.

A 2ª Conferência da Rede Internacional sobre Perspectivas Feministas para a Bioética, em novembro, no Japão, está atenta para a urgência em abordar raça, gênero e etnia na pesquisa médica, para a necessidade de avançar teoricamente no campo da bioética feminista,

justiça e qualidade de serviços, bem como para a inclusão da paternidade na saúde reprodutiva.

No bojo desse movimento em busca de melhores condições de vida e de entendimento sobre relações de gênero, acentuou-se a preocupação com a participação dos homens e com a própria construção social da masculinidade. Esse enfoque que se esboça surge a partir da substituição dos estudos da mulher pelos estudos de gênero. E o lugar dos homens nessas questões vem se ampliando progressivamente.

Os seminários sobre masculinidade que serão realizados em vários países da América Latina ilustram a pertinência e a relevância do tema. No Brasil, o seminário Homens, Sexualidade e Reprodução discutirá essas questões, enfocando desejo, prazer e poder, violência e corpo, entre outras, no mês de abril, em São Paulo. Seguem o seminário de maio, na Argentina (On Men Family Formation and Reproduction), e o de junho, no Chile (La Equidad de Género en America Latina y el Caribe: Desafíos desde las Identidades Masculinas). Este último tem como objetivos apresentar um quadro da investigação sobre identidades masculinas, favorecendo o intercâmbio entre pesquisadores e a formulação de políticas públicas nessa área.

SEXUALIDADE
GÊNERO E SOCIEDADE
NÚMEROS 7 E 8 – ABRIL 1998

IMS INSTITUTO
DE MEDICINA
SOCIAL

Diretor do IMS
Ricardo Tavares
Vice-diretor do IMS
Mario Dal Poz

Editora
Maria Luiza Heilborn
Editora-assistente
Anna Paula Uziel
Conselho editorial
Elaine Reis Brandão, Jane Galvão,
Margareth Arilha, Regina Maria
Barbosa, Richard Parker.
Jornalista responsável
Silvana Afram - MTb 14.950

Apoio: Fundação Ford e
Fundação MacArthur
Tiragem: 1.000 exemplares
Execução: Luares Produções

Esta é uma publicação semestral do
Programa de Estudos e Pesquisas em
Gênero, Sexualidade e Saúde – Centro de
Pesquisa em Saúde Coletiva, do Instituto
de Medicina Social, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Gênero e sexo dos travestis

Maria Luiza Heilborn*

Engenharia Erótica, de Hugo Denizart, é um livro perturbador. Perturbador pelo modo de construção da pesquisa realizada com os travestis da cidade do Rio de Janeiro e pelo ensaio fotográfico, que recorta os corpos desses seres que optam por situarem-se nas fronteiras do gênero.

O autor é psicanalista e fotógrafo, mas possui um treinamento em antropologia social que lhe confere uma sensibilidade fina para pensar com um olhar relativizador o tema, tradicionalmente denominado de "desviante". Entender o que o sociólogo americano Howard Becker chamou de outsiders constitui um projeto em que Denizart se empenha. Anos atrás, ele já havia lançado seu olhar sobre as prostitutas da Vila Mimosa, da metrópole carioca. Assim, Hugo é inequivocamente uma referência para quem tem curiosidade sobre a cartografia erótica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho situa-se entre a arte e a investigação sociológica, combinação pouco usual, mas estimulante, sobretudo para os que se interessam pelos discursos desses sujeitos sociais que desafiam as classificações binárias de masculino e feminino, de hetero e homossexual. Esse livro demonstra de forma cabal de que modo gênero, sexualidade e corporeidade são socialmente construídos.

Nas páginas que trazem os depoimentos – em português e em inglês – desses rapazes metamorfoseados estão oferecidas as categorias que ordenam o mundo dos afetos do sexo: atração, prazer, desafio, dor, nojo, repulsa... As narrativas exibem ao nosso olhar como se mesclam nas trajetórias física, psíquica e social desses rapazes os ditames da cultura na qual se inserem. Ali estão o imaginário do gênero, o mercado sexual, os desejos entrelaçados às possibilidades de ascensão social – da pobreza à luz da ribalta, freqüentemente efêmera, mas que ainda assim os resgata para uma vida diferente.

Sem pretensões analíticas, o livro tem seu mérito para os investigadores desse campo pela riqueza do material coletado em sessenta horas de conversas gravadas, às vezes em contextos coletivos. As entrevistas estão cuidadosamente organizadas pela indicação da presença do pesquisador e pela designação dos travestis, que respondem às perguntas desse inquiridor e que com ele interagem.

Eixos temáticos ajudam a descortinar um mundo curiosamente destro e tortuoso. Eles cobrem as diferentes inflexões que modelam a trajetória social do travesti: a literal fabricação do corpo, que não pode ser entendida sem o recurso aos hormônios, sem os imperativos do mercado sexual que impõe o estranho jogo de presença e

disfarce do pênis e a simbólica do que é convencionado como belo. Ideais de beleza que só se tornam inteligíveis à luz das concepções sobre masculinidade e feminilidade e que, mais uma vez, se entrelaçam com concepções sobre corpo. O corpo que não é absolutamente, como as mais recentes teorias das ciências sociais vêm tentando demonstrar, uma entidade natural. O significado não apenas dirige as intervenções sobre o físico, combinando engenhosamente a hibridez de masculino e feminino, o silicone que arredonda as faces e os hormônios que atrofiam os genitais, mas o modo de se perceberem ora como hipermulheres, ora como na voz de um deles uma espécie ambígua, a única capaz de satisfazer o desejo masculino: "a maior jóia de um travesti é sua ambigüidade. Só um homem sabe o que um outro homem quer" (p. 29).

As relações com a família são também objeto de inquirição. A linguagem do parentesco utilizada não encobre a não aceitação por parte dos outros de sua posição liminar – um homem que é esposa. O jogo sempre presente da hierarquia social atravessa como uma navalha e uma certeza o texto, expondo de que maneira certas situações podem inverter as relações entre clientes e esses trabalhadores do sexo. Exemplar é o depoimento do travesti Adriana, no qual relata o episódio de ter induzido o parceiro a ser penetrado (p. 53). Verdade é que as falas dos travestis devem ser tomadas como um exemplo dos mitos que estruturam o imaginário erótico na sociedade brasileira, em que as situações de inversão e transgressão de regras constituem seu aspecto mais proeminente.

O livro também aborda os cuidados com o corpo no contexto da epidemia HIV; as fantasias sexuais e os perigos da vida da rua. Um detalhe ao final da montagem das falas traduz uma certa ingenuidade do autor. Ele cede à tentação de "confessar-se" nesse purgatório de desvios, e inclui um trecho de diálogo com os seus entrevistados no qual declina não ter experimentado o tipo de prazeres que o livro descreve e exibe. Não era de todo necessário...

Peter Fry é econômico e contundente em seu prefácio a Engenharia Erótica. O livro não é apenas sobre os travestis do Rio de Janeiro, é "uma irreverente e desconcertante reflexão sobre sexo, desejo, perigo e gênero na sociedade contemporânea".

Engenharia Erótica. Travestis no Rio de Janeiro, de Hugo Denizart. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

* Maria Luiza Heilborn é professora adjunta do IMS e coordenadora do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde.

Masculinidades: o caso peruano

Eduardo Botelho Ribeiro*

Os homens são um tema ainda pouco abordado nos estudos de gênero. Identidades Masculinas, de Norma Fuller¹, vem criativamente contribuir para este campo, através de uma análise sobre as representações de masculinidade presentes na cultura de classe média peruana.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa com 40 homens da cidade de Lima, Peru, onde foram entrevistados indivíduos de duas classes etárias, 23-35 e 40-55 anos. O interesse do trabalho é estabelecer cruzamentos entre masculinidade, geração, classe e nacionalidade, apoiando-se em diversas fontes: programas de TV, dados históricos e entrevistas com sujeitos sociais.

Certas perguntas orientam a curiosidade da autora: de que forma os homens peruanos redefinem, reafirmam ou produzem sua identidade masculina. O contexto cultural desse processo é o da perda da legitimidade masculina em algumas áreas-chave, em razão da democratização dos valores, da mudança de status das mulheres e da emergência de novos discursos sobre a masculinidade e relações de gênero, onde a mídia parece ter um papel de destaque. Esse quadro rebate, contudo, sobre a persistência do monopólio masculino na vida política e na autoridade familiar.

Visando à desconstrução dos fundamentos da dominação masculina e dos “(...) artifícios que conduzem as mulheres a assumir as constrições de gênero” (p.13), a autora propõe abordar a masculinidade como um meio – e não como um fim em si mesma. Esse ponto permite antever algumas premissas que permeiam vários trabalhos sobre gênero, isto é, a idéia de que gênero pode ser tomado como entidade dotada de uma intencionalidade coercitiva, opressora. Com isso a autora está deixando de lado, fundada numa noção conceitual ampla de poder, toda uma gama de relações sociais em potencial, que também constróem o gênero.

Nos dois capítulos que tratam de maneira mais etnográfica do quesito geração, opta-se por mapear as identidades masculinas por meio de tipologias ilustrativas. Pensando em termos de figuras ou meios de socialização para a masculinidade destaca-se, no primeiro, o papel da família, a figura paterna e

materna, a participação em determinadas práticas paradigmáticas, como o futebol. Esta atividade assume tal caráter pela sua penetração em todas as categorias etárias e sua capacidade de estabelecer distinções entre os homens em vários níveis, desde o local até o global.

Os jogos infantis são tomados como o ambiente privilegiado de construção da masculinidade adulta, marcada pela competitividade, a força e a exclusão do “outro” feminino, retratado pela emotividade e passividade. Num segundo momento, busca-se explicar como ocorre o aprendizado de novos roteiros, o início de novas relações significativas e a acomodação das representações primárias às novas imagens. Há um processo de releitura da infância frente às novas entidades socializadoras: o grupo de pares, os lugares de estudo, o lugar de trabalho e a política.

Fuller comprehende esse processo como uma passagem do âmbito familiar para aqueles que seriam “masculinos por excelência”, a rua e o espaço público, que não se misturam, mas, em geral, se opõem ao doméstico. Essa separação entre rua e espaço público parece justificar-se com base no argumento da maior complexidade social.

Diferentes instituições elaboram modelos distintos de masculinidade; cada situação propõe um modelo particular de indivíduo e de sociedade, sendo muitas vezes sistemas éticos opostos. A rua é o espaço diretamente contrastante ao doméstico, enquanto a esfera pública implica, além dessa dimensão, a introdução de problemáticas coletivas (a exemplo do futebol e sua importância para a construção de uma imagem nacional).

O livro expõe o quanto central é a categoria de identidade para os estudos contemporâneos de gênero. E para compreendê-la é preciso “(...) explorar as diferentes posições que os sujeitos têm ocupado através de sua vida, estabelecer quem têm sido os outros nestas interações e quais foram as definições e normas relativas ao contexto que circularam entre os atores” (p. 17).

Assim, encontra três configurações de masculinidade: Natural, Doméstica e Exterior, como um índice classificatório. A primeira relacionada à

norma da virilidade e força associadas à masculinidade, e as duas últimas apoiadas numa bibliografia, que privilegia a oposição casa e rua. Um grande problema talvez esteja localizado exatamente no uso dessa classificação. Cada domínio desses é expressão de códigos morais diferentes. O cerne da problematização quanto à identidade masculina, em Fuller, está na verdadeira guerra interna de valores conflitantes vividos pelos homens.

As categorias de público e privado exprimem a demarcação de "espaços morais" dados por suas posições relativas. Porém, a autora se apropria dessa discussão de maneira peculiar. Quando Roberto DaMatta, que é uma de suas referências no livro, se refere às potencialidades heurísticas dessa tipificação, está consciente da necessidade de dotá-las de uma positividade como eixos estruturadores da sociedade brasileira, tomando-a como fundadora de uma identidade culturalmente específica. Isso significa não tomá-la como um "vir a ser".

Fuller parece compreendê-las em uma relação explosiva, visto serem, em última análise, criadoras de uma tensão ou (o)pressão cultural, que é vivida nas subjetividades de maneira problemática. Tende a deslocar, assim, a argumentação sociológica para o plano psicológico. Ao propor esse tipo de relação entre público e privado, cria uma espécie de demanda residual por certa coerência, ou pureza, dos sistemas culturais que não se pode sustentar facilmente.

Vale ressaltar a presença no livro de dois eixos de argumentação: a) uma certa idealização dos valores relativos à modernidade e a forma como a autora vê o processo de modernização da sociedade peruana; b) a tensão entre as possíveis identidades masculinas, ao estilo das "teorias da tensão", como mapeadas por Geertz², onde o equilíbrio do sistema é uma necessidade. As identidades de gênero são ao mesmo tempo constitutivas e processo momentâneo em função do momento histórico de globalização da cultura peruana. Sua ideologia "moderna" – se tomada no sentido fiel ao de Geertz, que se refere a uma matriz de criação da consciência coletiva – surge como um esforço para corrigir o desequilíbrio sociopsicológico presente na montagem das masculinidades.

O tema da modernização perpassa o argumento geral do livro, observado mais atentamente no capítulo reservado à análise histórica. A classe média é o principal produto e personagem do processo de modernização, ao mesmo tempo que representa o palco

de todas as contradições e instabilidades que são constitutivas das masculinidades.

Assim, a cosmovisão das classes médias se funda nessa ambivaléncia de valores hierárquicos e, em termos formais, jurídicos e ideológicos da república de cidadãos, da igualdade e liberdade. No bojo desse processo modernizador está a crescente conexão peruana ao mundo, a um sistema mundial globalizado. Segundo Fuller, é especialmente essa fração da sociedade peruana que faz o papel de principal mediadora nessa nova dimensão da realidade mundial. Com isso, sofrendo como nenhuma outra os efeitos desse contato com um discurso mundializante, veiculador de novas mensagens alternativas de gênero e relações sociais.

Ao privilegiar o "advento da modernidade" na sociedade peruana, Fuller opera com um expediente do tipo: "encontrar um motor da história" para a explicação das identidades de gênero. Encontra aí o fator impulsionador, capaz de atuar como um centro gravitacional de seu discurso crítico da masculinidade. Para um maior sucesso na busca dessas identidades, seria preciso problematizar, numa escala mais fenomênica de análise, os significados sobrepostos dessa "modernidade", como vividos pelos homens, flexibilizando a aplicação da tipologia de moralidades tradicionais e modernas.

Pela análise que proporciona, comprometida com a busca da diversidade e pluralidade, Identidades Masculinas compõe o quadro dos novos e promissores trabalhos sobre masculinidade, tema que começa a ser explorado em toda a América Latina.

NOTAS

1) Norma Fuller é psicóloga, Ph.D em Antropologia por Gainesville, Universidade da Flórida, e professora catedrática de Antropologia, da Pontifícia Universidade Católica do Peru.

2) Clifford Geertz. "A ideologia como sistema cultural"; in *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Identidades Masculinas. Varones de Clase Media en el Perú, de Norma Fuller. Lima, Fondo Editorial, 1997.

*Eduardo Botelho Ribeiro é pós-graduando em Antropologia e Ciência Política da UFF e assistente de pesquisa do Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde, do IMS/UERJ.

La mayoría de los estudios sobre la presencia de los varones en los procesos de SRS se han dirigido al papel de los comportamientos masculinos en el aumento de la epidemia del SIDA¹ y, en segundo término, al papel de apoyo u obstáculo que ejercerían los varones en la regulación de la fecundidad de sus parejas ante el aumento de los riesgos reproductivos².

El primer problema originó estudios relacionados con la medición del uso del condón masculino. El segundo llevó al estudio de las actitudes de los varones con respecto al uso femenino de métodos para regular la fecundidad, así como con respecto al uso de métodos masculinos, principalmente la vasectomía y el condón. Los resultados de estos estudios han señalado de diversos modos la relevancia que posee el rechazo masculino al uso del condón como una causa de riesgo para el aumento de las ETS, en particular el SIDA.

Pero muy pocos han profundizado sobre los sentidos y los significados socioculturales que adquiere el ejercicio de la sexualidad para los varones en cada cultura en particular. Se ha observado, según declaraciones de informantes mujeres y varones, el grado de acuerdo o desacuerdo masculino con respecto al uso de métodos masculinos y femeninos en las uniones de pareja, pero no se ha discutido en amplitud la importancia social que adquiere el proceso reproductivo para la subjetividad masculina.

La mayoría de estos estudios se centran en la mujer como agente exclusivo de la reproducción, partiendo explícita o implícitamente del supuesto que el papel de los varones sería un “complemento” que posibilita u obstruye decisiones reproductivas de las mujeres. Ellos serían primordialmente ubicados en una esfera de intereses ligados al ejercicio de la sexualidad y a la actividad productiva y ellas estarían circunscriptas en una esfera de intereses vinculados a la reproducción y cuidado de los hijos en el ámbito doméstico. Leal & Boff (1994) han discutido esta dificultad de estudiar a los varones separados de las mujeres y en ámbitos considerados excluyentes, como si las masculinidades y las femineidades no tuvieran relación unas con otras en su propia constitución.

Aún cuando el surgimiento de las nociones de

sfera reproductiva y derechos reproductivos, y la promoción de equidad en las relaciones entre los géneros en el campo de la reproducción humana suponen el ejercicio de derechos humanos y de un creciente grado de autonomía en las personas para intervenir sobre su propia reproducción y sexualidad, cuando se ha relacionado a los varones con la reproducción se lo ha hecho vinculándolos prioritariamente con el resultado del proceso reproductivo, es decir, el nivel de fecundidad alcanzado y esperado, o reduciéndolos en dicho proceso al nivel de uso de métodos anticonceptivos masculinos y el grado de acuerdo/desacuerdo con el uso de métodos femeninos para regular la fecundidad, sin problematizar en los sentidos que adquiere para los mismos varones y las mujeres la participación masculina en el proceso reproductivo (Figueroa & Liendro, 1994).

Asimismo, a partir de los años ‘80 en el campo de los estudios de género algunas corrientes del pensamiento feminista han discutido críticamente la identificación entre la categoría género y el objeto de estudio “mujer”, así como la ausencia del análisis de las determinaciones de género en los estudios sobre el papel de las mujeres en las políticas de población. Algunas perspectivas proponen definir la categoría género como el resultado de un conflicto social, enfatizando el concepto de “relaciones de poder” que ejercerían los varones en torno al dominio de la capacidad reproductiva del cuerpo de las mujeres (De Barbieri, 1991).

Problematización de la categoría de género

En los años ‘90 surgen en la región, particularmente en Brasil y México, algunas perspectivas de estudio en las ciencias sociales humanas que incorporan en forma sistemática esta problematización de la categoría género y comienzan a hacer visible la especificidad de la presencia masculina en el campo de la reproducción humana y la sexualidad. Dichas perspectivas abren la posibilidad de discutir: **a)** la vinculación de las mujeres y los varones en un mismo proceso reproductivo. Es decir, el estudio de los comportamientos reproductivos masculinos como

con las mujeres y en un contexto sociohistórico, en los cuales se producen las decisiones reproductivas y éstas adquieren sentidos y significados para mujeres y varones; b) la indagación de los sentidos y significados que adquiere la reproducción para los varones en el ámbito doméstico y el tipo de motivaciones que los llevaría a regular la fecundidad en dicho ámbito; y c) la exploración de las percepciones subjetivas de los cuerpos, los recursos cognitivos y el tipo de información de que disponen sobre la reproducción biológica y las opciones para regular la fecundidad, ya que son escasos los estudios que se ocuparon de los conocimientos subjetivos que poseen las propias mujeres y los mismos varones sobre sus cuerpos en lo que respecta a su sexualidad y al proceso reproductivo, así como la eficacia simbólica de las concepciones y teorías legas sobre salud-enfermedad que guían las prácticas sexuales y reproductivas (Villa & Belloni, 1996; Leal & Fachel, 1995).

Representaciones sociales de la reproducción

Dos grandes líneas de investigación social recuperan estas discusiones incorporando los desarrollos teóricos de los estudios de género para explicar los procesos de SRS como el resultado de una construcción relacional de las identidades de género. En Porto Alegre, el Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS) del Departamento de Antropología da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que viene estudiando desde los años '80 la problemática de la masculinidad, recientemente exploró las representaciones sociales relativas a la esfera de la reproducción y la sexualidad en sectores populares pobres, discutiendo la importancia que adquieren los modelos socioculturales del cuerpo en la construcción de los recursos cognitivos para explicar la reproducción biológica y las prácticas de regulación de la fecundidad, así como los valores que adquiere la reproducción y la sexualidad en la construcción de las identidades de género (Leal & Fachel, 1995). Algunos de los principales hallazgos, que discute dicho estudio son que:

mujeres las que tendrían la decisión última sobre tener o no tener un hijo el rol del varón es esencial, ya que las decisiones femeninas se apoyan en sus expectativas subjetivas en relación a la actitud masculina para “reconocer” o no el hijo como propio. Es decir, que las mujeres decidirían sobre los embarazos según la percepción que tienen ellas sobre las posibles respuestas de los varones con respecto a la aceptación o no de los mismos. Asimismo los embarazos adquirirían sentido como una estrategia femenina para involucrar al varón en la conformación de una familia.

- Las representaciones subjetivas de los cuerpos femenino y masculino están constituidas por sistemas simbólicos que no siempre aplican los principios biomédicos. Los períodos fértil y menstrual se superponen uno con otro, tanto para los varones como para las mujeres. Estas creencias tendrían un efecto directo en las opciones y la efectividad de los métodos anticonceptivos. En los varones, ello reforzaría la evitación de relaciones sexuales durante el período menstrual y sus cercanías. Las prácticas abortivas no se guían por los eventos biológicos y son consideradas como un recurso anticonceptivo.
- Existirían una definición y reconocimiento sociales de los embarazos según las representaciones subjetivas de los cuerpos y los significados que adquieren para los varones el hecho de “embarazar a las mujeres”. Este hecho se constituiría en signo de virilidad para sí mismo, para el grupo de pares y para formar parte de un ámbito doméstico como indicador de adultez.

La segunda línea de investigación está constituida por los estudios que viene llevando adelante Juan Guillermo Figueroa Perea en el Programa de Salud Reproductiva del Centro de Estudios Demográficos y Desarrollo Urbano de El Colegio de México (Figueroa & Liendro, 1994; Figueroa, 1996, entre otros).

A partir de diagnósticos de salud reproductiva y sexualidad nacionales e internacionales, estos estudios destacan que hasta años recientes la posición de los varones ha sido analizada exclusivamente a partir de las informaciones proporcionadas por las mujeres, poniendo de manifiesto las dificultades que

ello supondría en términos de “sexismos” al reducir el estudio de la fecundidad exclusivamente a los comportamientos femeninos. Uno de estos estudios (Figueroa Perea & Liendro, 1994) discute comparativamente los marcos teórico-metodológicos y los resultados de dos encuestas sobre los determinantes y actitudes hacia las prácticas anticonceptivas (una de 1000 obreros varones y otra de 1481 mujeres, ambas realizadas en el Área Metropolitana de la Ciudad de México).

En estos trabajos se plantea que existirían importantes coincidencias y diferencias entre las declaraciones de los varones y de las mujeres con respecto a la relación entre las desigualdades de género y los comportamientos reproductivos. Si bien destacan que habría coincidencias en las expectativas de los varones y las mujeres en relación al desempeño de roles masculinos ligados a la figura del “hombre proveedor”, también existirían diferencias y declaraciones contradictorias entre varones y mujeres en diversos planos:

- La mayoría de los hombres declaran que las relaciones sexuales y las decisiones sobre esas prácticas son igualmente importantes para mujeres y varones, a diferencia de la mayoría de las mujeres que circunscriben la sexualidad a una esfera de intereses masculinos;
- Más de la mitad de los hombres reconocen que ambos miembros de la pareja tendrían la responsabilidad sobre cuándo tener hijos y sobre la regulación de la fecundidad. Sin embargo, la mayoría de ellos no estaba utilizando ningún método anticonceptivo masculino al momento de la encuesta. La mayoría de las mujeres refiere que ellos deberían decidir cuántos hijos tener y que ellas deberían responsabilizarse de hacer algo para regular la fecundidad. Es decir, según las declaraciones masculinas los varones aparecen participando en el ámbito de la reproducción de un modo diferente al que las mujeres esperan de ellos.

Hallazgos similares son discutidos por Leal & Boff (1994) en poblaciones de Porto Alegre al comparar las declaraciones masculinas y femeninas en términos de que existiría una prescripción sociocultural de

comportamientos masculinos y femeninos, pero en los varones se destacaría simultáneamente una lógica de valores individualistas e igualitarios modernos con respecto a la sexualidad y la reproducción, aún cuando dichos valores entren en contradicción o en conflicto con los valores tradicionales de las prácticas sexuales y reproductivas.

Significados sociales de la reproducción y la regulación de la fecundidad

Siguiendo estas perspectivas de estudio, recientemente hemos concluido en Buenos Aires un estudio de casos en profundidad de varones unidos en pareja de estrato socioeconómico bajo, de 17 a 45 años, utilizando un diseño metodológico cualitativo (Villa, 1996). El estudio buscaba explorar los significados que adquieren para los hombres la reproducción en la constitución y organización de las familias, así como el mundo cognitivo y los significados sociales en lo concerniente a la reproducción biológica y a los mecanismos de la regulación de la fecundidad.

Los principales hallazgos que proponemos discutir son los siguientes. Existiría una importante motivación por regular la fecundidad que se destaca en el momento de la constitución y consolidación de las uniones de pareja. Pero esta motivación entra en contradicción con los mandatos sociales y culturales que prescriben ejercer una autonomía sexual masculina y “dar hijos a las mujeres” para ser considerado “hombre” en el ámbito doméstico; así como con los recursos cognitivos legos de los que disponen para explicar la fertilidad y el modo de acción de los métodos de regulación (los cuales no coinciden con los conocimientos científicos).

Como consecuencia de ello existirían dificultades para poder separar el ejercicio de la sexualidad de la procreación en las uniones de pareja sin que ello no cuestione los valores de la masculinidad, así como para lograr una regulación de la fecundidad eficaz cuando se decidió la utilización de métodos. Los recursos cognitivos legos adquieren eficacia simbólica a través de dos modelos culturales de relacionamiento entre los cuerpos: uno estructurado

el semen masculino como sustancias productoras de fertilidad (coincidente con el modelo hallado por Leal & Fachel, 1995), y otro modelo estructurado en torno a las características del ejercicio de la sexualidad (principalmente la frecuencia y cantidad de relaciones sexuales y eyaculaciones masculinas y “femeninas”) y la calidad del placer de ambos miembros de la pareja como determinantes o desencadenantes de la fertilidad.

Dilemas en la construcción de las identidades masculinas

A partir de estos hallazgos discutimos que habría aquí un primer gran dilema subjetivo inherente al mismo proceso de construcción de las identidades masculinas: dilema entre la búsqueda de una identidad personal y un sometimiento de los varones de sus propios ejercicios de la sexualidad a una cultura masculina impersonal, compartida con otros hombres. Construcción de una identidad personal que quedaría alienada radicalmente en la socialización con otros hombres, “ser macho”, ya que la fuerte adhesión de los varones a una identidad de género prescripta socialmente en términos de comportamientos sexuales, imitaría el reconocimiento y el despliegue de singularidades personales.

La paternidad se presentaría como alternativa privilegiada de trascendencia masculina en los planos psicológico, cultural y social, quedando de este modo legitimado el poder masculino en el ejercicio de la sexualidad en un ámbito doméstico y los resultados de aquél como actividad reproductiva. Si bien el ingreso masculino en un ámbito doméstico sería un indicador sociocultural, un “razgo identificatorio” (Ortigues, 1982) de adultez masculina, dicho rasgo identificatorio entra en conflicto y tensión con la autonomía social impersonal de los “hombres” que deberían someterse a la “gobernabilidad” femenina y supondría formar parte de un ámbito doméstico. Es significativo que en este contexto de sentido la mujer-pareja se presente ambivalentemente como quien que al mismo tiempo se rechaza y es objeto de violencia masculina, y por otro lado como un objeto moralizador y socializador al que ellos mismos

le demandan un “domesticamiento” de sus propios comportamientos sexuales extra-domésticos. Por ello señalábamos que aquí existiría un segundo dilema subjetivo en esta subjetividad masculina: dilema entre la autonomía social en el ejercicio de la sexualidad de los hombres como signo de poder sobre las mujeres y una identidad de género varón que necesita reducir a las mujeres a fuentes emisoras de discursos sociales que puedan moralizar los comportamientos masculinos, pero para someterse ellos mismos a una ley que les permita la posibilidad de ser valorados como varones. De ello resultaría una identidad personal de género que quedaría alienada radicalmente en una moral social de “mujeres de familia”. En los varones menores de 25 años, la vida de pareja cuestionaría rápidamente los roles de género masculinos prescriptos por la cultura en la dimensión relacional mujer-varón.

El control que los varones podrían tener sobre la sexualidad y la reproducción entra en conflicto con un supuesto poder percibido en las mujeres sobre el ámbito doméstico, y en particular sobre la capacidad de desear o buscar embarazarse. Asimismo los varones se perciben demandados y cuestionados frente a: la imposibilidad de efectivizar el desempeño del rol social de hombre “proveedor”, fuertemente afectado por el desempleo masculino; la autonomía personal femenina y el creciente ingreso de las mujeres al mercado laboral.

Si bien constatamos que se destaca una preocupación masculina por regular la fecundidad particularmente en los varones menores de 25 años por diversos motivos (problemas económicos, valorar la crianza de los hijos, preocupaciones por la salud de la mujer, etc.), también discutímos que ello se transformaba en un dilema subjetivo para la identidad de los varones ya que practicar tal regulación en el ámbito doméstico supone al mismo tiempo un cuestionamiento simbólico del poder de la sexualidad y control de la reproducción en el relacionamiento con la mujer-pareja.

Dicho de otro modo, la práctica de la regulación de la fecundidad apoyada o efectivizada por los mismos varones en la pareja no supone necesariamente que la identidad masculina deje de

permanecer sujeta un ejercicio de la sexualidad que para ser reconocido y valorado socialmente tendría que producir fecundidad mediante un poder fértil en el ámbito doméstico. Para resolver tal dilema es necesario un proceso en las identidades de género masculino que redefina las prescripciones socioculturales de desempeño de los roles de género para sí mismos y para las mujeres en la dimensión relacional de la pareja mujer-varón.

Ética de la co-responsabilidad

Creemos que comenzar a hacer visible la presencia de los varones en los procesos reproductivos es parte de una problematización más amplia de cómo se concibe la reproducción y la sexualidad, así como de los desafíos que supone descubrir las tramas simbólicas que dan sentido a las identidades y las relaciones de género. Siguiendo a Figueroa & Liendro (1994) es posible pensar a los varones interviniendo en un proceso reproductivo en el cual interactúan con las mujeres. Es decir, sus conductas con respecto a la reproducción pueden ser explicadas en el contexto de las relaciones con sus parejas en el ámbito doméstico y con el medio sociocultural que confiere sentidos a dichas relaciones. Asimismo podemos hacer referencia a la noción de “decisiones reproductivas”, entendiendo que los comportamientos de las personas están consciente o inconscientemente orientados a modificar el entorno en el que se produce y que determina la reproducción: relaciones de la persona con su propio cuerpo, de pareja, así como relaciones familiares y sociales más amplias.

Estas decisiones suponen además algún tipo de elección de las personas en cuanto a opciones frente a los eventos reproductivos, en lugar de considerarlos como hechos naturalizados socialmente. Es decir, que entendemos estas decisiones como una capacidad de las personas de transformar las determinaciones biológicas, psicológicas y socioculturales del entorno en que las parejas se reproducen.

Asimismo estas decisiones forman parte del ejercicio de derechos humanos básicos en lo que respecta a la reproducción y el ejercicio de la sexualidad. En términos éticos, estos derechos se

apoyan en las condiciones de posibilidad que tienen los varones y las mujeres de asumir en la pareja lo que se ha denominado “co-responsabilidad”, en lo que respecta a todos los hechos vinculados directa o indirectamente a la reproducción. Asimismo la incorporación del análisis de las desigualdades de género contribuye enormemente a descubrir que no todas las personas tienen posibilidades de decidir de igual modo sobre la reproducción y la sexualidad, y que al mismo tiempo no es posible proclamar el ejercicio de derechos reproductivos y sexuales sin cuestionar la naturalización de dichas desigualdades, articuladas con otras desigualdades sociales (principalmente “clase” y “raza”).

Concebir el proceso reproductivo desde esta perspectiva significa emprender la compleja tarea de replantear las concepciones sobre género y derechos en el campo de la SRS. Para ello proponemos aquí discutir la relación entre desigualdades de género y derechos según tres dimensiones de análisis e intervención y las posibles articulaciones entre las mismas: “derechos de las mujeres y de los varones”, en tanto dos grupos de género que se relacionan como parte de un sistema social que subordina a las personas según el género; “derechos de la pareja”, en tanto espacio de legitimación de igualdades/desigualdades en el relacionamiento de género; y “derechos individuales” de las mujeres y los varones.

El hecho que algunos estudios al abordar a los varones en los procesos de SRS estén comenzando a hacer visible la especificidad de la presencia masculina en una dimensión relacional con las mujeres, puede contribuir a explicar con mayor amplitud la presencia de los varones en las desigualdades de género que subordinan a las mujeres, pero quizás al mismo tiempo puede proponer nuevas perspectivas y explicaciones de como actúan las mujeres en estas desigualdades. Ello supondría además las posibilidades de discutir las concepciones del género que permanecen centradas exclusivamente en la información proporcionada por las mujeres, así como la noción de “derechos” sujeta principalmente a la idea de “individualidad” y circumscripta sólo a las mujeres.

de la crítica feminista la que en gran parte ha hecho posible hacer visible y ha dado legitimidad a los varones como objeto de estudio en las relaciones de género en el campo de las ciencias humanas y sociales. Pero ello es sólo un esbozo de visibilidad de las masculinidades, apenas en penumbras, tras largo tiempo de invisibilidad patriarcal.

Desafíos para las investigaciones

Para continuar con esta tarea de hacer visible a los varones no se trata de copiar fórmulas, experiencias y los recorridos que han trazado los movimientos de mujeres. Más bien pensamos que se trataría del desafío de recuperar la experiencia de las mujeres en la misma tarea de interrogarse sobre la especificidad de las intervenciones e investigaciones posibles de ser realizadas con y entre varones. Para ello nos permitimos plantear cuatro cuestiones para la discusión en torno al abordaje de las masculinidades en el campo de los procesos reproductivos:

- 1) ¿Desde qué supuestos epistémicos y desde qué éticas es posible abordar el trabajo con y entre varones?
- 2) ¿Cómo se concibe a las relaciones de los varones con las mujeres?
- 3) ¿Qué metodologías podrían resultar más eficaces para intervenir y pesquisar con varones?
- 4) ¿Cuáles serían los ámbitos socioculturales de estudio e intervención posibles con y entre varones?

*Alejandro Marcelo Villa es coordinador del Programa de Procreación, responsable en el Área Programática del Hospital J. M. Penna/Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires; investigador social adscripto al Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Buenos Aires.

NOTAS

- 1) Para una revisión de estudios véase Gogna et al., 1997.
- 2) Para una revisión de estudios y discusión de los mismos véase Figueroa & Liendro (1994); Figueroa (1996).

- DE BARBIERI, T. (1991). "Sobre la categoría de género. Una introducción teórico metodológica"; en *Direitos Reprodutivos/PRODIR I*. San Pablo, Fundación Carlos Chagas.
- FIGUEROA PEREA, J. G. (1996). "Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva", *Revista Cuadernos en Salud Pública de Brasil*. México (en prensa).
- FIGUEROA PEREA, J.G. & LIENDRO, E. (1994). "Apuntes sobre la presencia del varón en la toma de decisiones reproductivas". México, preparado para el Seminario sobre Masculinidad del Programa Universitario de Estudios de Género de la Universidad Nacional de México (UNAM).
- GOGNA, M. et al. (1997). *Las enfermedades de transmisión sexual: género, salud y sexualidad*. Cuaderno del CENEP N° 52. Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad/Centro de Estudios de Población.
- LEAL, O. F. & BOFF , A. (1994) "Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional", en Parker, R. & Barbosa R. M. (orgs., 1996), *Sexualidades Brasileiras*, pp. 119-136. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- LEAL, O. F. & FACHEL, J. (1995). "Male reproductive culture and sexuality in South Brazil: combining ethnographic data and statistical analysis", trabajo presentado al Seminar on Fertility and the cycle in the era of fertility decline, SOMEDE-IUSSP, Zacatecas, México, 13-16, noviembre.
- MUNDIGO, A.(1993). "Salud reproductiva: definiciones, datos y desafíos". Buenos Aires, OMS, Taller sobre Investigaciones Sociales en Salud Reproductiva y Sexualidad, CEDES/CENEP.
- _____. (1994). "La interdisciplina en la salud reproductiva". Buenos Aires, OMS, presentado en el IV Encuentro de la Asociación Argentina de Ginecología y Obstetricia Psicosomática.
- _____. (1995). "Men's roles, sexuality, and reproductive health". São Paulo, International Lecture Series on Population Issues, The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation.
- ORTIGUES, E. (1982). "Las referencias identificatorias en la formación de la personalidad", en Mannoni, O. et al., *El trabajo de la metáfora*. Barcelona, Paidós.
- VILLA, A. (1996). "Subjetividad y salud reproductiva: un estudio sobre las perspectivas de los hombres de poblaciones urbanas de extrema pobreza", Informe Final de Investigación (mimeo). Sao Paulo, PRODIR II, Fundaciones Carlos Chagas/MacArthur.
- VILLA, A. & BELLONI (1996). "Pasantía de capacitación en servicio en salud reproductiva y sexualidad", curso dictado entre mayo y noviembre de 1996. Buenos Aires, Comité de Docencia e Investigación/ Área Programática del Hospital J. M. Penna, Secretaría de Salud del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

Em Busca do Corpo Ideal

Stephane Malyssse*

"Não se nasce, se torna mulher."
(Simone de Beauvoir, *O segundo sexo.*)

"É ótimo o público achar que sou gostosa."
(Vera Fisher, Jornal do Brasil, julho 1997.)

Este trabalho pretende abordar alguns possíveis estereótipos sociais que constituem as marcas do gênero feminino específicas da zona privilegiada da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa sobre os usos do corpo feminino, colocando em evidência quais são as maneiras femininas de se apresentar na *zona sul* carioca. Enfocam-se as práticas de treinamento físico cotidiano a partir das "técnicas do corpo" utilizadas nas academias.

Tenho por objetivo demonstrar como a construção de um corpo feminino ritualizado e de sua aparência, culturalmente marcada pela ideologia do gênero, invadem esse treinamento cotidiano do corpo, naquilo que Baudrillard (1979) chama de práticas de «perpetuação».

Este trabalho baseia-se sobre um material etnográfico audiovisual sobre mulheres que freqüentam academias de ginástica situadas no Leblon, na participação observante dentro desse locais e na análise das representações do corpo feminino veiculadas pelas revistas lidas por esse público. Pode-se falar assim em uma cultura feminina do corpo, que deve ser entendida no seu prisma ético, i.e., como um conjunto de normas de comportamento que circulam no meio das integrantes desse tipo de "tribo corporal" (Maffesoli, 1988). Essas normas, por sua vez, se aplicam no plano sócio-empírico através de uma série de técnicas, cujo ideal estipula o maior cuidado de si possível, tais como: dieta alimentar, ginástica aeróbica, musculação, *jogging*...

Essas técnicas são estudadas através da justificação discursiva fornecida pelos próprios atores que a elas se submetem. A intenção é ver como as mulheres que freqüentam as academias percebem, pensam e usam seus corpos e quais são as representações que elas têm acerca da feminilidade. Esse trabalho parte de uma pista sugerida por Mathieu (1997). A autora questiona se "ao invés de simplesmente traduzir ou simbolizar o

sexo, o gênero não estaria construindo o sexo". De fato, "a bipartição hierárquica das funções sociais e das atitudes corporais e mentais (o gênero) parece provocar modificações corporais e mentais do sexo".

O que nos interessa aqui é a construção da identidade social da mulher, e particularmente a forma que "tais marcas sociais se expressam mediante determinados valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro" (Heilborn, 1995). O objetivo é mostrar de que modo a construção da própria aparência põe em jogo as características de uma cultura e de uma história específica, na medida em que qualquer diferença de identidade oferece uma superfície visível ao olhar social. A informação estética não é verbal, mas veicula mensagens, circulando na velocidade dos olhares cruzados, classificando cada um no seu lugar.

Um olhar francês sobre a cultura corporal carioca

Este artigo adota uma perspectiva comparativa. Enquanto estrangeiro – francês –, meu olhar não pôde deixar de observar que, no Rio de Janeiro, não ocorre "um encobrimento ritualizado do corpo durante as interações sociais" (Le Breton, 1995), como é comum nas chamadas sociedades centrais, em particular na Europa do Norte. Na verdade, o corpo na sociedade carioca faz parte integrante dos rituais de interação. Aqui, o corpo participa plenamente na construção do papel social, adquirindo uma evidência contrastante com o lugar que ocupa na França, por exemplo. Tudo contribui para que o corpo externo (ou visível) pareça bastante liberado das normas sociais para que seu uso, apresentando-se de modo individualizado, conserve, ao longo das interações, uma dimensão criativa. Essa "invasão" do corpo no cotidiano se explica pela idéia de uma normatividade corporal criada pelo meio urbano.

excepcional, e essa natureza urbanizada é oferecida a todos em inúmeros parques, jardins e praias, ou seja, nas zonas de “malhação” e de exposição dos corpos. Ocorre aqui uma influência das condições climáticas sobre a cultura corporal dessa cidade. As pessoas são extremamente conscientes de seus corpos; elas vêem a sua nudez espelhada na nudez dos outros.

No entanto, o culto ao corpo nem sempre fez parte da cultura dessa cidade. Somente a partir dos anos 60 é que um novo modelo de beleza física surge no Rio. A sensibilidade da mulher em torno do seu corpo é transformada; o limiar de tolerância à feiúra muda. No espaço de alguns anos dá-se uma mudança de uma concepção da beleza física como dom (dádiva) para uma concepção entendida como resultado, fruto de um trabalho sobre si mesmo. Creio que se pode relacionar esse período de mudança das representações sociais da beleza feminina a transformações mais gerais produzidas no espaço urbano da cidade, como o seu grande *boom* imobiliário, e à etapa final da urbanização da zona sul.

Assinala-se nesse período a inauguração da primeira academia, em 1972. Durante os anos 70, assistimos a uma crescente valorização do corpo, traduzida pelo culto a atividades para-esportivas, terapias, dietas, e pela busca da liberação do desejo. Nos anos 80, a ginástica aeróbica e as novas técnicas de musculação conquistam finalmente adeptos do físico perfeito: é a chamada era do culto ao corpo que começa....

Made in USA

Chega ao Brasil nos anos 70, importada dos Estados Unidos, a boneca Barbie. Com esse primeiro objeto simbólico, chegam também muitas máquinas e técnicas do corpo que são os instrumentos de um verdadeiro *marketing* das vivências corporais: o *Body Business* pode por fim começar...

Ao mesmo tempo, as idéias desenvolvidas na “Revolução Sexual” de William Reich têm grande sucesso no Rio. Para Reich, o indivíduo existe em oposição à sociedade repressora. As terapias de inspiração reichiana dominam, pelo número, o conjunto das novas terapias psicanalíticas ditas corporais da *zona sul* do Rio (Russo, 1993) e postulam a possibilidade de liberar-se das obrigações sociais através do corpo. Elas vão influenciar claramente as classes dominantes na busca do corpo perfeito e validar psicanaliticamente o

Estados Unidos: uma cultura corporal materialista, uma relação com o corpo, muito prática, quase mecânica. A emergência do culto ao corpo no Rio está intimamente ligada à americanização do comportamento das classes média e alta.

A era consumista parece ter dado origem a uma cultura corporal quase internacional: a importação do *American way of life*, de tipo californiano, desembocou numa nova cultura somática. É verdade que o Rio, pela sua situação geográfica, climática e sua grande hierarquização social, constitui-se num terreno propício à implantação desse modelo cultural e físico-culturista. Esse híbrido da cultura somática carioca parece perfeitamente ilustrar a tese de Baudrillard de explicar a passagem contemporânea do corpo *natural* ao corpo *artificial* através do consumo.

As representações do corpo feminino na mídia

Assim como Goffman (1977) descreveu as ritualizações da feminilidade na sociedade americana através do estudo da iconografia das revistas femininas, é possível também descrever as representações sociais do corpo feminino na sociedade carioca. As revistas são espaços de fantasias coletivas referentes às identidades corporais, no sentido que elas são catálogos dos diferentes modelos estéticos, fontes de difusão do ideal feminino e guias práticos de conduta.

Nas revistas femininas dos anos 50 (*Cinelândia*, *Querida*, *Capricho*), as artistas de Hollywood forneciam centenas de receitas para a beleza, apontando para o crescimento de influência norte-americana na cultura brasileira. No Brasil de hoje, os nomes das revistas já demonstram a importância atribuída ao corpo na formação da identidade feminina. As mais citadas pelas mulheres que freqüentam as academias são: *Corpo*, *Corpo Ideal*, *Boa Forma* e *Corpo e Beleza*. É importante salientar que na França não existe qualquer revista especializada de cultura física do corpo feminino, sendo que a revista *Santé* (Saúde) é a única que dedica artigos ao corpo feminino.

O contraste entre a cultura somática francesa e a carioca coloca em evidência o fato de a primeira privilegiar a saúde, enquanto que a segunda se concentra essencialmente sobre os problemas de beleza. As revistas brasileiras convidam suas leitoras a remodelar seu corpo através de atividades físicas e de dietas. Estimulam as mulheres a conceber seu corpo

Em busca do corpo ideal...

como uma matéria-prima que pode ser modelada, esculpida, como se o corpo feminino fosse maleável como argila; propõem a possibilidade de se mudar completamente o físico para que este se torne semelhante ao corpo das modelos.

As representações valorizadoras do corpo são sistematicamente midiatisadas por imagens fotográficas ou televisivas. As mulheres têm, assim, a seu dispor um padrão que pode lhes dar segurança ou desestabilizá-las, mas que funciona como uma matriz de novas informações que lhes servem de norma.

A revista *Corpo e Beleza*¹ oferece um bom exemplo dessa “reapropriação dirigida do corpo” (Baudrillard, 1979). Se a compararmos com a edição francesa de *Elle*, notamos que há um maior número de artigos sobre a construção do corpo do que artigos referentes à moda ou à psicologia. A apresentação do corpo raramente aparece cortada como acontece em *Elle*, salientando uma parte. Apenas fotos de corpos femininos inteiros servem à busca da forma ideal. Um artigo dedicado à “garota da banheira”, Luiza Ambiel, oferece às leitoras um modelo corporal de mulher vestida apenas com um “fio dental”. No artigo convidam-se as leitoras a ver esse modelo todos os domingos no programa *Domingo Legal*, no SBT: “Luiza Ambiel já faz parte do imaginário coletivo dos homens e das mulheres. E isso não quer dizer que a parte feminina da população perdeu o interesse pelo sexo oposto, mas, sim, que, no fundo, cada mulher – pelo menos as honestas – tem uma ponta de ciúmes da ‘garota da banheira’. Por que qual, dentre nós, não gostaria de poder aparecer de biquíni na televisão e ser admirada? E o que você pensa de poder se abaixar, se levantar, se virar sem que nenhuma gordurinha ou celulite apareça no zoom da câmera? Porque você sabe que a câmera não perdoa...”.

A mensagem é clara: suscitar a vergonha dos corpos que não correspondem a esse modelo legitimado e que não suportariam ser enfrentados pela lente da câmera. O olhar, sobretudo televisivo, organiza o que é percebido por “imagens-normas” e fornece, assim, sempre, novas informações a quem deseja replicar esse padrão no seu próprio corpo. Na verdade, trata-se de um discurso autoritário sobre a beleza feminina, que se apóia no fato de as mulheres serem, tradicionalmente, submetidas a um imperativo de sedução do “sexo oposto”, imperativo este fundado sobre aparência entendida como beleza física e juventude. O feminino

é associado a uma dimensão estética da aparência, que se torna a dimensão essencial. Esse trabalho simbólico de redução do feminino ao estético se alimenta do fato de a maior parte da audiência da “garota da banheira” ser constituída por um público *masculino*, que já a conhece através da revista *Playboy*. A mensagem fica clara para as leitoras: se elas também querem ser consideradas “gostosas”, como Luíza, Vera e Xuxa, devem seguir os conselhos de quem “sempre fez ginástica”. Elas sabem que, se o teste da lente e da banheira não são usuais, o “teste da areia” está inscrito no cotidiano dos moradores da zona balneária do Rio de Janeiro. A idéia central dessas revistas é a de “preparar o corpo para o verão”: para neutralizar a competição feminina, essas revistas aconselham enviar um máximo de “mensagens corporais aos homens para alimentar o tesão”.

Mas o uso dessa linguagem não-verbal só é possível com uma certa auto-satisfação corporal, que é definida por Bourdieu (1968) como “produto social” intimamente ligado às normas da beleza legítima. As revistas femininas participam ativamente, em conjunto com os jornais e a televisão, de uma “moralização do corpo feminino” (Baudrillard, 1979). Ao passar de uma estética a uma ética do corpo feminino, as formas de problematizar as aparências femininas são transformadas: a mulher torna-se responsável por sua aparência física, pelo seu envelhecimento; a mulher deve malhar..., a mulher deve ser “gostosa”.

Essa moral corporal hedonista, erotizada pela mídia, encontrou na sociedade feminina carioca um espaço que a sociedade tradicional havia deixado vago, ou melhor, concebia-se a beleza de outra forma, como dom natural, obra da Natureza divina. A emergência das atividades de construção corporal revela uma reapropriação pessoal do culto ao corpo feminino pelas próprias mulheres, ressignificando a própria feminilidade. Na verdade, nessas atividades voluntárias, tais como o *Fitness*, o objetivo não é a produção de uma performance esportiva, mas a busca do corpo ideal, da “forma”, do corpo-pelo-outro. Esses investimentos pessoais são feitos através de um conjunto de técnicas de “recuperação da forma”. Essa *forma* designa ao mesmo tempo um modelo de corpo padronizado e um bem-estar corporal, e enfatiza, portanto, a dupla dimensão higiênica e estética desse ideal/prática.



Esse corpo feminino de que falo pertence a uma determinada classe social; ele não é natural. A maioria das mulheres cariocas não têm acesso às academias. Apenas algumas podem pagar entre 80 e 100 reais (aproximadamente 100 dólares) por mês e assim ter condições de tentar transformar seus físicos para adquirir as marcas corporais socialmente valorizadas. Muitas mulheres só podem contar com a vassoura e a imaginação para malhar seus “corpos de classe”.

As revistas citadas só veiculam o modelo de comportamento corporal das classes altas; reproduzem uma visão elitista da beleza e, em certa medida, desqualificam a aparência física das mulheres que pertencem às classes populares. Na verdade, as práticas psicologizantes, utilizadas nas academias, reanimam diferenciações físicas, que são de ordem social.

As musculações dirigidas, os sacrifícios de tempo, de energia e de dinheiro concernem geralmente a uma burguesia seduzida pelos compromissos rigorosos e lentos. Como mostrou Bourdieu (1968), “as funções higiênicas tendem cada vez mais a se subordinar a funções estéticas à medida que se sobe na escala social, sobretudo entre as mulheres, mais pressionadas a se submeterem às normas definidoras do que deve ser o corpo, não só na sua configuração perceptível, mas também no seu porte”. Além daquelas cujo corpo é um meio de trabalho, a maior parte das mulheres que freqüentam as academias pertence às camadas media e alta da sociedade. Essas mulheres, profissionalmente ativas, tornam-se os *managers* do seu próprio corpo: para essas mulheres, a aparência física não é mais um destino, mas um capital de “beleza”.

O corpo não se apresenta mais como dado, dando início a processos psicológicos e sociais, mas como o produto desses processos. Essa dialética entre o corpo e seu meio social foi descrita e conceitualizada por Bourdieu (1968). Ele mostrou como “as experiências sociais marcam o corpo, se exprimem através do corpo e lhe marcam de novo”. A noção de *habitus* permite compreender a experiência do mundo como uma experiência incorporada. Como essa noção de *habitus* pode nos ajudar a entender o culto feminino ao corpo? O autor demonstra como “o interesse e a atenção que os indivíduos dão a seus corpos crescem à medida que se sobe na escala social”. Assim, essas mulheres desenvolveram uma tal consciência de seus corpos, que lhes parece impensável não consagrar tanto tempo e

dinheiro a ele. Para elas, a freqüentação das academias tornou-se um imperativo de classe. Além do mais, só as integrantes das classes média e alta, mais voltadas para a distinção e tendo os meios materiais de imitar as novas “imagens-normas”, podem se matricular nas academias para incorporar nelas os novos hábitos corporais *made in USA*.

Na verdade, é graças à imitação que aparece a inovação nas construções corporais da feminilidade e que o *habitus* corporal entra em metamorfose. Para ter um corpo perfeito, basta ter “vontade”: a morfologia é cada vez mais considerada como o resultado de um trabalho, o sinal de uma distinção corporal. As revistas femininas falam da “vontade”, mas estrategicamente põem na sombra o fato de nem todas as leitoras disporem dos meios culturais ou pecuniários para realizarem tal metamorfose. De fato, contra o acaso biológico, ricas e pobres não têm o mesmo poder de alcançar as escadas da beleza.

Assim, através das técnicas corporais, a *hexis* corporal das mulheres dos segmentos privilegiados afasta-se dos corpos femininos das camadas populares. As mulheres são cada vez mais condenadas a ter seus “corpos de classe” e aquelas que não podem se oferecer à beleza esportiva das academias se sentem estigmatizadas.

É como se o corpo fosse um palco privilegiado para se examinar os antagonismos de classe da sociedade carioca, pois o corpo natural tornou-se sinônimo de um corpo social pobre e popular. No Rio, o corpo feminino seria “a objetivação a mais irrecusável do gosto de classe” (Bourdieu, 1968). O corpo metaforiza, portanto, o social, encarnando as desigualdades sociais de acesso à uma construção corporal da feminilidade legitimada. Nesse contexto estético-social, exalta-se o modelo *da self made woman*. As revistas femininas esbanjam exemplos desse tipo de mulher que conseguiu ascender socialmente fabricando para si um novo corpo, como Luiza Ambiel. A mensagem suscita o sonho das outras mulheres: mudar de corpo para mudar de classe social...

No Brasil de hoje, os músculos são um elemento central da cultura da aparência do corpo. Eles deixaram de ser privilégio de um sexo e o signo esmagador de sua dominação sobre o outro: doravante, não há mais sexo frágil. A chegada das mulheres no mercado dos músculos representa mudanças, tanto do lado da concepção do corpo feminino como das práticas de musculação. Diferente das técnicas do passado,

reservada aos homens, a musculação dos corpos femininos se pratica com música, em frente ao espelho e na companhia de outras mulheres que fazem do culto à forma um modo de viver.

Para essas mulheres a busca de um corpo mais desenhado, mais definido, torna-se uma prática social concretizada. As revistas femininas mostram a representação social da feminilidade e do corpo feminino em diversos signos que elas buscam apropriar-se. As técnicas do corpo utilizadas nas academias levam a considerar o processo da construção social da feminilidade como um fenômeno essencialmente corporal, mas, de fato, trata-se de uma confusão entre corpo natural e corpo artificial. Ao contrário do que acontece na Europa, onde as revistas femininas (*Elle*, *Marie-Claire*, *Biba...*) propõem sobretudo “manter a linha” de maneira bastante passiva através de cremes emagrecedores, hidromassagens, dieta e produtos lights, no Brasil, as mulheres que querem ganhar determinado perfil devem submeter-se a uma série de esforços físicos.

Nas academias: construindo uma feminilidade

Essa construção corporal da feminilidade torna-se um estilo de vida esportivo. Se as academias são atualmente freqüentadas por inúmeras mulheres, o fato é que, paradoxalmente, a construção corporal desse tipo de feminilidade usa técnicas do corpo e marcas físicas que pertenciam tradicionalmente à masculinidade. O novo ideal de beleza feminina é o de uma mulher atlética, com uma musculatura desenvolvida, que não busca apagar os aspectos ditos masculinos, mas que deve, ao contrário, estar orgulhosa de tê-los. Assistimos então a uma inversão dos valores entre o que estava tradicionalmente reservado aos homens (as atividades esportivas, a busca de uma musculatura artificialmente definida...) e a aparição de novas normas de magreza e rigidez feminina.

As freqüentadoras das academias, ao buscarem uma certa feminilidade, são entretanto levadas a adquirir uma-complexão física masculina. Às vezes elas usam hormônios masculinos² para ultrapassar os limites impostos em sua própria morfologia. O antropólogo americano Alan Klein (1993) designa o uso de esteróides pelas mulheres como uma “aceitação sem crítica do padrão masculino do corpo, que coloca em risco a saúde: inúmeras mulheres registraram um atraso

Mais raras ainda são as mulheres-mutantes do *Bodybuilding*, cujo sexo se apaga sob a capa de músculos.

Nessas “universidades do corpo”, este é considerado como uma obra inacabada que precisa ser re-trabalhada. Para mudar seu corpo, a mulher tem que “malhar”. Malhar: trabalhar seu corpo como o ferreiro trabalhava o ferro para formá-lo/deformá-lo. Nessas academias, as usuárias concebem seus corpos de maneira fragmentada, recortando-os em diferentes partes para melhor forjá-las. De fato, muitas técnicas ali utilizadas só buscam reforçar, transformar uma parte do corpo. O treinamento feminino básico, tal como se passa na Academia Leblon, subdivide-se em duas partes: o treinamento A trabalha os membros inferiores do corpo, às segundas, quartas e sextas-feiras. O treinamento B exercita os membros superiores, às terças e quintas-feiras. A autonomia do corpo feminino vem paradoxalmente da sua fragmentação e do fato de conceber cada fragmento como autônomo. No nível dos resultados obtidos pela musculação e também pela cirurgia plástica, essa tendência é mais que evidente: na musculação, cada aparelho é destinado a trabalhar alguns músculos específicos; na cirurgia plástica, o corpo é refeito, retocado a cada vez, segundo o lugar. O corpo feminino é assim dividido em dois e, se um dia suplementar é destinado à parte inferior, isso significa o valor atribuído às coxas, ao quadril e às nádegas. Essas são as partes que mais preocupam as mulheres pesquisadas, porque, segundo elas, são essas as regiões do corpo mais visadas pelos olhares masculinos. O culto masculino do *bumbum*, da *bunda*, da *bundinha* funciona como um verdadeiro *leitmotiv* corporal pelas mulheres. Assim, o corpo feminino torna-se “superfeminizado”: a parte mais sexualizada do corpo na cultura carioca, e talvez brasileira (a bunda), é o centro das musculações. Essa incorporação do olhar masculino na fabricação do corpo feminino assinala a mediação do corpo na modelagem das identidades sexuais. De fato, nesse caso, o gênero constrói o sexo, que se torna, assim, sexo social (Mathieu, 1997).

Na verdade, quem se matricula numa academia é envolvido em um processo de mudança de estilo de vida no qual não só o corpo externo, mas também o corpo interno é objeto de intervenção plástica sobre si mesmo: a dieta é a outra faceta. A academia funciona como uma “instituição escolarizante” no sentido de Bourdieu, cujo objetivo é ensinar aos alunos o conjunto



seus corpos de classe. As mulheres são convidadas a abandonar a possessão e a gestão privada de seus corpos para confiá-los aos “experts” que lhes garantirão a única satisfação, sem risco.

A academia enseja a ligação dos equipamentos com a funções corporais, produzindo uma percepção exterior e maquinica do próprio corpo e tendendo a reduzi-lo à uma dimensão de máquina normalizada e controlada por especialistas. O *personal trainer* se encarrega completamente do corpo das suas alunas (um *personal trainer* duas vezes por semana custa entre 300 e 400 reais por mês). Na relação privada com as suas alunas, esse profissional coloca em prática exercícios adaptados a cada uma, segundo suas características estéticas, e se torna assim a consciência corporal particular delas. Essa nova prática corporal corresponde à atual fase de personalização-individualização dos usos do corpo.

Corpos femininos para olhares masculinos?

Esse culto a um corpo “allo-plastico” (forjado e concebido segundo cânones externos, que têm uma certa eficácia social) atinge seu paroxismo durante o carnaval. Nas transmissões televisivas do desfile, a prioridade é comumente dada ao corpo feminino; imagens em primeiro plano acompanhadas do comentário de conotação masculina: “*pra você!*”.

O corpo vivido das mulheres parece ser forjado pelo corpo percebido, olhado, desejado e julgado socialmente pelos homens. Através dessa idéia, torna-se possível compreender a passagem de um culto ao corpo feminino a um culto feminino do corpo.

Assistimos no Rio a uma inovação dos estereótipos sociais e sexuais através de uma super-ritualização do gênero: não apenas certas mulheres se transformam em “supermulheres” por terem medo de não seduzir os homens, como também certos homens de corpos inchados, bronzeados e cuidadosamente depilados fazem dos músculos um espetáculo nas praias e na ruas do Rio de Janeiro. O novo ideal corporal homossexual desvia a figura de uma supervirilidade ao preço de uma hipertrofia muscular, que vem compensar a fragilidade social ligada à opção sexual.

A busca do corpo ideal deve ser associada à redescoberta do corpo através do movimento de emancipação da mulher, tal qual do movimento homossexual. A lógica das diferenças de gênero

(Heilborn, 1995), associando identidade sexual e construção corporal. Então, é justo na combinação entre individualismo consumista e constrangimento da lógica distintiva do gênero que reside a inteligibilidade desses novos ideais corporais. Nessas lutas estéticas, que têm uma intensidade quase religiosa, os condenados da aparência são submetidos a uma tirania do detalhe genêro-anatômico.

A fabricação desse corpo feminino que venho descrevendo, e que culmina no masoquismo “acadêmico”, mostra que não é permitido falar de uma liberação do corpo da mulher. Este corpo, assim “malhado”, tornou-se um instrumento graças ao qual as mulheres buscam integrar-se em uma sociedade profundamente masculina. Simone de Beauvoir não deixaria de ver nesse paradigma de uma Vênus plástica os traços da histerização da mulher pelo homem.

* Stephane Malyssé é doutorando da École de Hautes Études en Sciences Sociales.

NOTAS

- 1) *Corpo e Beleza*, nº6, janeiro, 1997.
- 2) Os hormônios utilizados por mulheres que freqüentam academias são o DHEA e a melatonina.

BIBLIOGRAFIA

- BAUDRILLARD, J. (1979). *La société de consommation*. Paris, Idée-Gallimard.
- BOURDIEU, P. (1968). *Questions de sociologie*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- GOFFMAN, E. (1977) “La ritualisation de la féminité”; in *Actes de la recherche en Science Sociale*. Paris, nº14.
- HEILBORN, M. L. (1995). “O que faz um casal, casal? Conjugalidade, igualitarismo e identidade sexual em camadas médias urbanas”; in Ribeiro, I. (org.), *Família em processos contemporâneos*. São Paulo, Loyola.
- KLEIN, A. (1993). *Little big men, Bodybuilding subculture and gender construction*. New York, New York Press.
- LE BRETON, D. (1995). *Anthropologie du corps*. Paris, PUF.
- MAFFESOLI, M. (1988). *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse*. Paris, Le livre de poche.
- MATHIEU, N-C. (1997). “Le sexe social”; in *Sciences et avenir*. Paris, nº 110.
- Russo, J. (1993). *O corpo contra a palavra*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará:UFRJ.

Dominación Masculina y Prevención del Sida en las Mujeres

*Juan José Meré Rouco**

En 1991, Anke Ehrhardt apuntaba la simplicidad aparente de la prevención en Sida: “Si ud. no tiene relaciones sexuales, ud. no puede ser contaminado. Si durante toda vuestra vida ud. practica la monogamia con una pareja no infectada, ud. no corre ningun riesgo. Si ud. tiene una nueva pareja pregúntele simplemente si no es portador. En caso de duda, use preservativo!” (citado por Paicheler, 1993).

La ironía removía a fondo en los presupuestos tradicionales de las primeras grandes campañas organizadas siguiendo los modelos de la acción racional, y que, estructuradas en torno a la homogeneidad de propuestas y mensajes preventivos, denotaban visiones simplificadoras de las rationalidades sociales, de las diversidades socioculturales y de las reacciones psicosociales generadas por el riesgo del Sida.

El acelerado incremento de las mujeres infectadas por el HIV en nuestra región, reafirma esa necesidad de abordar la complejidad de la imbricación dinámica social-sexualidad reconociendo, con Bozon y Leridon (1993), que “relaciones sociales y control social no están en la periferia de lo sexual, sino en el corazón mismo de las prácticas y sus significados”. Complejidad que hace a la dificultad de toda prevención porque “ella interfiere con una actividad humana que es, a la vez, muy común en su existencia y muy sutil en sus modalidades”.

Estas breves notas pretenden articular las contribuciones fecundas de Pierre Bourdieu sobre la dominación masculina con la densa experiencia de implementación de una estrategia lúdica de prevención en Uruguay. Esta reflexión se amplía hacia el proceso de desconstrucción-construcción social del conocimiento en salud y su articulación con las estrategias preventivas, intentando llevar los significativos aprendizajes logrados en la lucha contra el Sida al campo de la salud colectiva.

La dominación masculina, para Bourdieu (1990), es un caso paradigmático de la teoría de la violencia simbólica, es decir, la perspectiva que intenta explicar la producción y reproducción de las estructuras sociales

dominantes. La primacía de lo masculino marcando asimétricamente la división sexual y social tanto en el conjunto de las prácticas sociales como en las percepciones y pensamientos que sobre ellas se elaboran, se reviste de naturalidad y autoevidencia. Sin embargo, el carácter de construcción social se pone de manifiesto cuando el autor analiza como las diferencias anatómicas observables – el dismorphismo sexual – se tornan en representaciones que sustentan las diferencias sociales que las fundamentaban; una inversión de causas y efectos que ayuda a ese proceso de naturalización de la división sexual jerárquica.

Se trata de un proceso de in-corporación de las estructuras objetivas en la construcción de la subjetividad, en las posturas corporales como en las categorías mentales para pensarlas y percibirlas, que se realiza a través de la socialización. Ese conjunto de disposiciones, socialmente situadas, para actuar y para pensar ese actuar puede llamarse de *habitus*, femenino o masculino, ambos estructurados a partir de la primacía dicotómica jerarquizada y fundante de masculino/femenino que dará sentido a todos los otros pares de oposiciones.

Así, aún en la rebelión o la confrontación, las mujeres emplean las mismas categorías de clasificación que sustentan la preminencia masculina, eficacia simbólica que genera esa complicitud consentida, según el autor, porque arrancada desde la somatización del cuerpo: las maneras de pensar, siendo evidentes y pre reflexivas pueden prescindir de justificaciones. La mujer es situada y se sitúa, afirma Bourdieu, mas objeto que sujeto, objeto de representación, de exhibición, “un ser para mirar”.

Más adelante veremos que consecuencias tiene esta internalización cognitiva para la intervención educativa, a la luz de los modelos tradicionales de educación en salud centrados en la acción de un sujeto, por definición, racional y autónomo.

Finalmente, esta perspectiva no remite a una reproducción *in totum*, las relaciones sociales de sexo se connotan por la historicidad donde se tensiona la permanencia y relativa autonomía de las estructuras simbólicas propias del modelo mediterraneo con la

dinámica de las interacciones representaciones/sujetos situados, de las intersecciones estructuras sociales/trayectorias individuales.

El juego abierto como estrategia de prevención

La epidemia del Sida explicitó con particular precisión el nudo gordiano de todas las estrategias de prevención en salud colectiva: como lograr modificar comportamientos anclados en la afectividad, situados en las particularidades de la vida cotidiana y sin embargo modelados por persistentes marcos socioculturales (Meré, 1997).

Para la prevención del Sida en mujeres, esto se traduce en enfrentar la naturaleza y naturalización de las relaciones de género, desmontando la jerarquía masculina que socializa las diferencias anatómicas y somatiza las desigualdades sociales. La experiencia de generar una reflexión puramente intelectual sobre categorías de pensamiento y clasificación que aparecen como tan evidentes a la razón, se mostró ineficiente. Bourdieu abre un pista presentando los estudios del sociolingüista Labov sobre el lenguaje de los grupos populares en situaciones en las cuales se manifiestan las jerarquías sociales implícitas en la dominación: el habla se corta literalmente y la timidez casi corporal emerge, “uno tiembla todo, la conciencia dice no, pero el cuerpo tiembla”.

Desde el punto de vista pedagógico no se trata ya de iniciar el proceso por el “por qué?” del temblor – que indefectiblemente lleva al “no sé”, “no entiendo” – sino rastrear en el sentir y en otras situaciones provocadoras de similar sentir: afectividad y cotidianidad como puntos de apoyo y de entrada para un proceso de cuestionamiento y, ahora sí, de reflexión sobre la dominación en el seno de una relación ya no más puramente individual e inscripta en el orden natural de las cosas.

Precisamente, el juego abierto a partir del cual se configura la intervención educativa lúdica facilita la explicitación de sentimientos y valores, gestos y prácticas íntimas (proceso de interacción), recrea instancias colectivas de discusión de situaciones de riesgo y como enfrentarlo (proceso de interpretación) promoviendo una dinámica plural de desconstrucción-construcción social del conocimiento en salud.

Tal vez ayude a la comprensión el relato que una

mujer, madre de adolescentes, nos dio al finalizar una consultoría realizada para un colegio religioso de clase media. Jugando al “Dominó inteligente” – uno de los juegos didácticos utilizados, que, a diferencia del dominó tradicional, permite la construcción de múltiples lógicas de encaje (en realidad de prevención) – surgió el caso de la infidelidad, abriendo el debate sobre la salud de las mujeres en estos tiempos de Sida: la respuesta casi inmediata fue el uso del preservativo o dejar de tener relaciones. “Pan para hoy, hambre para mañana” dijo un padre aprovechando la máscara alegre del juego, pero iniciando la discusión fuerte. Luego de dos días de llanto y dolores de estomago, esta mujer esperó la llegada de su marido de un viaje y, sin relaciones ni preservativo, encaró para preguntarle porque necesitaba de otras mujeres. “El condón hubiera dejado todo igual...” nos aclaró como disculpándose.

El aporte de Bourdieu descarta precisamente toda ilusión de un proceso educativo lineal, reductor, espontáneo, masivo. La estrategia lúdica trata de facilitar la “discordancia cognitiva”, de fragilizar los encajes estructurales socialmente construidos a nivel de las representaciones y prácticas, de confrontar disposiciones permanentes que hacen que, frente a una misma situación, una mujer “reconoce prohibiciones y llamadas al orden inhibitorias” y otra “percibe exigencias e incitaciones estimulantes”. En esta propuesta educativa innovadora estaremos ciertamente sometidos a las inercias incorporadas y somatizadas, pero también abiertos a las interacciones creadoras de “objetos” tornándose sujetos de si.

* Juan José Meré Rouco es sociólogo, coordinador Área de Salud IDES, Uruguay, y doctorante en el IMS/UERJ.

BIBLIOGRAFÍA

- BOURDIEU, P. (1990). “La domination masculine”, en *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, nº 87, 88.
- BOZON, M. & LERIDON, H. (1993). “Les constructions sociales de la sexualité”, en Bozon, M. & Leridon, H.(orgs.), *Population*. Paris, nº especial.
- MERÉ, J.J. (1997). “Una estrategia lúdica en la prevención del Sida: la experiencia de IDES”, en *Vih Sida, Prevención y tratamiento: una esperanza*. Montevideo, Área de Salud IDES, Junta Departamental de Montevideo.
- PAICHELER, G. (1993). “L'infection par le Vih: un défi social”, en *Scor Notes*, marzo.

Gênero Nacional

- **SEMINÁRIO HOMENS, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO**
De 26 a 28 de abril, em São Paulo. Promovido pela ECOS e Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Saúde.
Informações pelo tel: (011) 815-0141
- **ENCONTRO NACIONAL DA REDE SAÚDE**
De 6 a 9 de maio, em Caxambu, Minas Gerais.
Informações pelo e-mail: redesaude@ax.apc.org
- **7º PROGRAMA DE ESTUDOS EM SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUALIDADE**
Maio, em Campinas, São Paulo. Promovido pelo NEPO/UNICAMP.
Informações pelo tel: (019) 788-3104 e 788-3106
Fax: (019) 788-3107 e 788-8150
E-mail: berquo@turing.unicamp.br
- **III CURSO REGIONALIZADO DE INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DE PESQUISA EM GÊNERO, SEXUALIDADE E SAÚDE REPRODUTIVA**
Junho, em Campinas, São Paulo. Promovido pelo NEPO/UNICAMP.
Informações pelo tel: (019) 788-3104 e 788-3106
Fax: (019) 788-3107 e 788-8150

- **LA EQUIDAD DE GÉNERO EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE: DESAFÍOS DESDE LAS IDENTIDADES MASCULINAS**
De 8 a 10 de junho, em Santiago, Chile.
E-mail: agenero@flacso.cl
- **12ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE AIDS**
De 28 de junho a 3 de julho, em Genebra, Suíça.
Informações com Anette Lifors.
Fax: (46-8) 612-6292
E-mail: anette@congrex.se
- **CONFERÊNCIA MUNDO DA INFORMAÇÃO SOBRE E PARA A MULHER**
De 22 a 26 de agosto, em Amsterdã, Holanda.
Tel: (31-20) 66 50 820
Fax: (31-20) 66 55 812
Email: knowhow@iiav.nl
URL: <http://www.iiav.nl>
- **2ª CONFERÊNCIA DA REDE INTERNACIONAL SOBRE PERSPECTIVAS FEMINISTAS PARA A BIOÉTICA**
De 31 de outubro a 8 de novembro, no Japão.
E-mail: ganderson@shriver.org
<http://guweb.georgetown.edu/kennedy/fab>



**Programa de Estudos e Pesquisas em Gênero,
Sexualidade e Saúde – CEPESC/IMS/UERJ**
Av. São Francisco Xavier, 524 – 7º andar – bl. D
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20559-900
Tel: (021) 568-0599 – Fax: (021) 568-9526
E-mail: sexgen@uerj.br

IMPRESSO